

Associação de
Cultura, Educação e
Assistência Social
Santa Marcelina

(Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo)

**Demonstrações financeiras "carve-
out" em 31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras "Carve-out"	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Demonstrações do valor adicionado	11
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras "carve-out"	12



KPMG Assurance Services Ltda.

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras "Carve-out"

Aos Conselheiros e Administradores da
Associação de Cultura, Educação e Assistência Social
Santa Marcelina, gestora do "Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo"
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras "carve-out" do Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo ("Entidade"), unidade de negócio controlada por meio de centros de custos, pertencente a filial operacionalizada pela Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina ("Associação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras "carve-out" acima referidas, apresentam, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo, unidade de negócio controlada por meio de centros de custos, pertencente a filial operacionalizada pela Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com a base de elaboração descrita na Nota Explicativa nº 2.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras "carve-out". Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração e restrição sobre uso e distribuição

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 que descreve a base de elaboração das demonstrações financeiras "carve-out". As demonstrações financeiras "carve-out" podem não ser um indicativo da posição e performance financeira e dos fluxos de caixa que poderiam ser obtidos se tivesse operado como uma única entidade independente. As demonstrações financeiras "carve-out" foram elaboradas pela administração da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina com o propósito específico de determinação da posição patrimonial e financeira do Contrato de Gestão do Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo e, portanto, podem não servir para outras finalidades. Nosso relatório destina-se exclusivamente para a utilização da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina e não deve ser distribuído ou utilizado por outras partes. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Associação, cuja apresentação não é requerida às entidades de direito privado sem fins lucrativos foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras "carve-out" da Entidade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada as demais demonstrações financeiras "carve-out" e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras "carve-out" tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações financeiras "carve-out" do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras "carve-out" do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 20 de janeiro de 2021, sem modificação. Os valores correspondentes relativos à demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em seu exame, emitiram relatório sem modificação.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras "carve-out"

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras "carve-out" de acordo com a base de elaboração descrita na Nota Explicativa nº 2 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras "carve-out" livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras "carve-out", a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras "carve-out", a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras "carve-out"

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras "carve-out", tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras "carve-out" ..

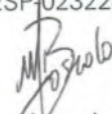
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras "carve-out", independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras "carve-out" ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras "carve-out", inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras "carve-out", representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2022

KPMG Assurance Services Ltda.
CRC 2SP1023228/O-4


Marcos Antonio Boscolo
Contador CRC 1SP198789/O-0

KPMG Assurance Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada

KPMG Assurance Services Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee

Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina
(Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo)

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em Reais - R\$)

Ativo	Nota	2021	2020
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	17.217.235	9.647.337
Recursos restritos vinculados a fundos	4	2.771.004	2.700.718
Adiantamentos diversos	5	599.320	39.153
Estoques	6	475.987	267.923
Despesas antecipadas		<u>22.747</u>	<u>24.842</u>
Total do ativo circulante		<u>21.086.293</u>	<u>12.679.973</u>
 Ativo não circulante			
Imobilizado	7	838.551	924.595
Ativo de direito de uso		-	141.865
Depósitos judiciais		<u>137.181</u>	<u>-</u>
Total do ativo não circulante		<u>975.732</u>	<u>1.066.460</u>
 Total do ativo		<u>22.062.025</u>	<u>13.746.433</u>

Passivo	Nota	2021	2020
Passivo circulante			
Fornecedores	8	17.431	17.465
Obrigações sociais e trabalhistas	9	1.898.805	554.557
Projetos a executar	10	16.313.225	9.306.081
Fundos de reserva/contingência	11	2.771.004	2.700.718
Passivo de arrendamento		-	141.865
Outras contas a pagar		<u>5.460</u>	<u>10.609</u>
Total do passivo circulante		<u>21.005.925</u>	<u>12.731.295</u>
 Passivo não circulante			
Provisão para contingências	12	84.982	90.543
Recursos aplicados em ativos imobilizados	13	838.551	924.595
Provisão para outras obrigações a pagar		<u>132.567</u>	<u>-</u>
Total do passivo não circulante		<u>1.056.100</u>	<u>1.015.138</u>
 Patrimônio líquido	14		
Resultado do exercício		<u>-</u>	<u>-</u>
Total do patrimônio líquido		<u>-</u>	<u>-</u>
 Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>22.062.025</u>	<u>13.746.433</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis "carve-out"

Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina

(Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo)

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em Reais - R\$)

	Notas	2021	2020
Receitas operacionais			
Recursos do contrato de gestão	16	28.116.488	23.956.601
Outras receitas operacionais		13.739	68
		<u>28.130.227</u>	<u>23.956.669</u>
Custos e despesas operacionais			
Despesas com pessoal e encargos	17	(23.406.413)	(20.448.416)
Despesas gerais	18	(856.086)	(669.127)
Despesas de depreciação	7	(249.164)	(300.658)
Serviços prestados por terceiros	19	(2.538.430)	(1.832.804)
Despesas com locações	20	(950.112)	(620.348)
Despesas com impostos e taxas		(135.974)	(74.316)
		<u>(5.951)</u>	<u>11.000</u>
Resultado antes das receitas e despesas financeiras			
		<u>(5.951)</u>	<u>11.000</u>
Despesas financeiras	21	(19.349)	(21.068)
Receitas financeiras	21	25.300	10.068
		<u>5.951</u>	<u>(11.000)</u>
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	21		
		<u>5.951</u>	<u>(11.000)</u>
Resultado do exercício		<u>-</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis "carve-out"

Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelin
(Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo)

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em Reais - R\$)

	2021	2020
Resultado do exercício	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis "carve-out"

26
D

Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina

(Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em Reais - R\$)

	Patrimônio social	Resultado do exercício	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	-	-	-
Incorporação do déficit do ano anterior aos déficits acumulados	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	-	-
Incorporação do superávit do ano anterior aos déficits acumulados	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis "carve-out"

Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina

(Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo)

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em Reais - R\$)

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	-	-
Ajustes por:		
Constituição de provisão para contingências	71.539	51.351
Depreciações - imobilizado	249.164	300.658
Depreciação do direito de uso	171.549	-
Juros sobre arrendamento mercantil	12.032	-
Provisão para outras obrigações a pagar - Processo IPTU	132.567	-
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Reclassificação de caixa para recursos restritos vinculados a fundos	(70.286)	(2.700.718)
Estoques	(208.064)	43.891
Adiantamentos diversos	(560.167)	4.415
Despesas antecipadas	2.095	(4.927)
Direito de uso - Arrendamento CPC 06/NBC TG 06	-	53.618
Depósitos Judiciais	(137.181)	-
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	(34)	(12.363)
Obrigações sociais / trabalhistas	1.344.248	(105.597)
Juros pagos de arrendamentos	(12.032)	-
Contingências pagas	(77.100)	-
Outras contas a pagar	(5.149)	4.200
Projetos a executar	7.007.144	6.097.642
Fundos	70.286	52.796
Recursos aplicados em ativos imobilizados a executar	(249.164)	-
Arrendamento operacional - CPC 06/NBC TG 06	-	(53.618)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	7.741.447	3.731.348
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Recursos aplicados na aquisição de ativos imobilizados	163.120	(303.258)
Baixa de imobilizado	-	2.600
Adições no imobilizado	(163.120)	-
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimentos	-	(300.658)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de arrendamentos (principal)	(171.549)	-
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamento	(171.549)	-
Variação de caixa e equivalentes de caixa	7.569.898	3.430.690
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9.647.337	6.216.647
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	17.217.235	9.647.337
Variação de caixa e equivalentes de caixa	7.569.898	3.430.690

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis "carve-out"

Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina
(Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo)

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em Reais - R\$)

	2021	2020
Receitas operacionais brutas		
Recursos do contrato de gestão	28.116.488	23.956.601
Com doações, verbas e outras receitas operacionais	13.739	68
Insumos adquiridos de terceiros		
Serviços de terceiros e outros	(2.538.430)	(1.832.804)
Despesas administrativas e gerais	(856.086)	(669.127)
Valor adicionado bruto	<u>24.735.712</u>	<u>21.454.738</u>
Retenções		
Depreciação e amortização	(249.164)	(300.658)
Valor adicionado líquido produzido pela Entidade	<u>24.486.548</u>	<u>21.154.080</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	25.300	10.069
	<u>25.300</u>	<u>10.069</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>24.511.848</u>	<u>21.164.149</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal Remuneração Direta	<u>23.406.413</u>	<u>20.448.416</u>
Salários	14.941.022	12.827.861
Benefícios	3.127.448	2.914.506
Encargos	5.337.943	4.706.048
Impostos, taxas e contribuições	<u>135.974</u>	<u>74.316</u>
Municipais	135.336	72.072
Estaduais	-	-
Federais	639	2.244
Remuneração de capitais de terceiros	<u>969.461</u>	<u>641.417</u>
Aluguéis e despesas financeiras	969.461	641.417
Remuneração de capitais próprios	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado do exercício	-	-
Total valor adicionado	<u>24.511.848</u>	<u>21.164.149</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis "carve-out"

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras "carve-out"

(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina ("Associação"), constituída em 23 de outubro de 2008, é uma associação de direito privado, de natureza confessional, educacional, cultural, assistencial, beneficente e filantrópica, sem fins econômicos e lucrativos, que atua com a missão de formar pessoas utilizando a educação, a cultura e a assistência social como instrumentos de promoção, defesa e proteção da infância, da adolescência, da juventude e de adultos, em consonância com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Estatuto do Idoso, regida pelo seu Estatuto Social e pela legislação aplicável.

A Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina participou da convocação pública através da Resolução SC nº 44/2017 de 21 de outubro de 2017, e posteriormente celebrou o Contrato de Gestão Nº 04/2017 com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Governo do Estado de São Paulo por meio do Processo SC/1344496/2017, tendo como objeto o fomento, a operacionalização da gestão e a execução, das atividades na área cultural do Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo ("Entidade"), para o período de 01/01/2018 à 31/12/2022.

1.1 Programa Guri na Capital e Grande São Paulo:

No Guri na Capital e Grande São Paulo, a criança começa seus estudos aos 6 anos, na iniciação musical. É por meio de atividades lúdicas e práticas que os alunos dão seus primeiros passos. Depois da iniciação vêm os cursos sequenciais, em que meninos e meninas, a partir dos 10 anos, estudam canto ou instrumento, além de coral, prática de conjunto e teoria musical – tudo isso por meio de aulas coletivas. Voltado para crianças e adolescentes, o programa proporciona a oportunidade de crescimento cultural e inclusão social, por meio de uma educação musical de qualidade apoiada por um trabalho social efetivo. Sempre apostando na plena capacidade de desenvolvimento do ser humano, o Guri oferece não apenas uma rede de apoio para seus alunos e alunas, mas também para seus familiares e comunidades nas quais o programa atua. Desde 2008, o Guri na Capital e na Grande São Paulo é gerido pela Santa Marcelina Cultura. Além do ensino cotidiano nos diversos polos de ensino, os alunos e alunas que queiram aprofundar seus desafios artísticos podem participar dos Grupos Infantis e Juvenis, onde, com ensaios e performances, se preparam para uma vivência cultural ainda mais ampla. Esses grupos, formados por alunos e alunas de diversas regiões da cidade e da Grande São Paulo, se apresentam em importantes espaços culturais, como teatros, CEUs, igrejas e museus.

1.2 Impacto do COVID-19 nas operações

A pandemia do novo coronavírus afetou praticamente todos os setores da economia, com paralisação de diversas atividades, implementação de medidas de restrição ao fluxo e a concentração de pessoas, redução da produção e isolamento social – o que fragilizou economias ao redor do globo.

No que tange aos Contratos de Gestão firmados junto à Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Governo do Estado de São Paulo, faz-se necessário esclarecer que as atividades foram realizadas de acordo com o planejamento que previu na estimativa das metas contratuais de gestão do Projeto Guri, o provável impacto da pandemia durante o ano de 2021. Houve atrasos e remarcações de algumas atividades no primeiro semestre em razão do recrudescimento da situação pandêmica, contudo conseguimos nos reorganizar para que tudo fosse efetivamente atendido até o final de 2021.

Não detectamos nenhum impacto de *impairment* no exercício por conta deste evento.

2 Apresentação das demonstrações financeiras "carve-out" e principais práticas contábeis adotadas

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras "carve-out" da Entidade foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras "carve-out" que estão sendo apresentadas, contemplam apenas os direitos, obrigações e o resultado das operações atinentes ao contrato de gestão do "Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo" ("Projeto Guri" ou "Entidade") gerido pela Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina, aqui nestas demonstrações financeiras "carve-out" denominada simplesmente "Mantenedora", os quais são controlados e operados por meio de centros de custos pela controladoria da Associação.

Dessa forma, não representando, a situação financeira e patrimonial da Associação como um todo (operações e resultados das demais filiais ou da sede-matriz, decorrentes da operacionalização da gestão e execução das atividades e dos serviços de cultura nos projetos por meio de contratos de gestão ou contratos de colaboração de outras filiais que não o Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo).

No modelo de contrato de gestão, ao aproximar-se do término do contrato vigente, o ente público abre convocação pública nos termos da lei complementar 846/1998 para uma nova contratação, podendo a Organização Social gestora atual também participar do certame. Caso a Organização Social gestora atual não seja a vencedora ou decline de participar da convocação pública, os bens, direitos e deveres atinentes ao Contrato de Gestão serão sub-rogados pela Organização Social vencedora. Caso a Organização Social atual manifeste interesse em descontinuar o contrato mediante notificação prévia, os referidos bens, direitos e deveres poderão ser devolvidos ao ente público ou serão sucedidos por uma nova entidade privada contratada pelo ente público para assumir sua gestão.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras "carve-out", e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras "carve-out" do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Associação em 16 de fevereiro de 2022.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras "carve-out" são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os saldos foram arredondados desconsiderando os centavos, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras "carve-out", a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Entidade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Determinação da vida útil do ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 3.c (iii)) e;
- Determinação da mensuração de provisões para demandas judiciais (Nota Explicativa nº 12).

O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir dessas estimativas.

(ii) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Entidade requer a mensuração de valor justo, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Entidade.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Entidade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Entidade reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras "carve-out" em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº - Instrumentos financeiros**

d. Base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras "carve-out" foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados e atualizados pelo valor justo por meio do resultado.

3 Principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras "carve-out" foram preparadas de acordo com as práticas contábeis descritas a seguir.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na liquidação das obrigações de curto prazo. Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa são incluídos como um componente das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

A Entidade possui recursos com restrição de uso vinculados a projetos. Recursos vinculados a projetos ou com restrição representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente as obrigações do contrato de gestão.

b. Estoques

Os estoques estão relacionados, principalmente a suprimentos musicais e materiais de escritório. O custo dos estoques, baseado no princípio do custo médio, é avaliado com base no custo histórico de aquisição e acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando necessárias.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Um item de imobilizado é baixado quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.



(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade.

Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado para o exercício corrente são as seguintes:

	Anos
Instalações	10
Equipamentos	10
Móveis e utensílios	10
Veículos	5
Instrumentos musicais	10
Ferramentas	10
Computadores e periféricos	5
Telefone	10

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado como mudança de estimativas contábeis.

Não houve evidências sobre a necessidade de alteração da expectativa de vida útil econômica dos ativos em relação ao ano anterior.

d. Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Entidade são revistos a cada data de apresentação das demonstrações financeiras "carve-out" para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Durante o exercício de 2021, não houve indicação de perda no valor recuperável dos ativos não financeiros.

e. Arrendamentos

No início de um contrato, a Entidade avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Entidade utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2)/NBC TG 06(R3).

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Entidade aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Entidade optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Entidade reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Entidade.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Entidade alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Entidade optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Entidade reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

f. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos circulantes estão apresentados aos valores de custo, que não excedem o valor de realização, incluindo quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

g. Obrigações trabalhistas

Contemplam as provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos, constituídas com base na remuneração de cada funcionário e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço.

h. Provisões, passivos contingentes.

Uma provisão é reconhecida quando, como resultado de um evento passado, a Entidade tenha uma obrigação presente e legal que pode ser estimada de modo confiável, com provável saída de benefícios econômicos para sua quitação.

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado.

As provisões são constituídas, revisadas e ajustadas, sempre que a perda for avaliada como provável e considerando a avaliação da administração, em conjunto com a opinião dos assessores jurídicos, levando em consideração a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a prescrição ou decadência quando aplicável, as decisões mais recentes e jurisprudências dos tribunais.

i. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

A Entidade não pratica transações significativas de compras a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

j. Subvenções governamentais – Projetos e fundos a executar

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Os valores recebidos e empregados dos Contratos de Gestão originados de contratos com a Secretaria da Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo, são registrados da seguinte forma, em conformidade com o CPC 07 (R1)/(NBC TG 07 (R2)):

- **Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos, é reconhecido um ativo (recursos vinculados a projetos) em contrapartida a projetos a executar, fundo de reserva ou fundo de contingência no passivo circulante.

- **Consumo do passivo de projetos a executar:** São registrados os consumos por meio de conta redutora do passivo, quando da realização de uma receita em bases sistemáticas com a despesa que pretende compensar.
- **Aquisição de bens:** Quando ocorre a aquisição de bens dos contratos de gestão são reconhecidos os ativos imobilizados e intangíveis, em contrapartida a uma receita diferida no passivo não circulante.
- **Rendimentos de aplicações financeiras:** Quando ocorre o rendimento de aplicações financeiras são reconhecidos os acréscimos de ativos em contrapartida a projetos a executar no passivo circulante.

Em consequência à prática contábil adotada pela Entidade, os efeitos no resultado do exercício relacionados ao contrato de gestão são nulos, pois todas as despesas incorridas com o projeto são vinculadas a recursos recebidos com utilização específica nesse projeto.

k. Fundos de reserva e de contingência

Os Fundos são reconhecidos no ativo (recursos vinculados a projetos) em contrapartida a Fundo de Reserva ou Fundo de Contingência no passivo circulante.

(i) Fundo de reserva

Tem a finalidade de constituir uma reserva de recursos sob a tutela do Conselho de Administração, que poderá ser utilizada na hipótese de atraso superior a 5 (cinco) dias no repasse de recursos por parte da Secretaria. A Utilização destes recursos fica condicionada à prévia aprovação pelo Conselho de Administração da SMC, sendo que os respectivos valores deverão ser restituídos à reserva em até 3 (três) dias úteis após a efetivação do repasse pela Secretaria.

(ii) Fundo de contingência

Tem a finalidade de suportar eventuais contingências conexas à execução do programa de trabalho, o valor é composto através de percentual estipulado sobre o valor global repassado pela Secretaria, observados os preceitos do artigo 5º, inciso VI, alínea "g" do Decreto Estadual 43.493/1998, com as alterações do Decreto Estadual 62.528/2017.

Na composição e utilização desses recursos, deverá ser observado que:

- (1) A Organização Social poderá contribuir com recursos próprios para a conta de recursos de contingência.
- (2) Os recursos financeiros depositados na conta bancária a que se refere somente poderão ser utilizados, em conformidade com o estabelecido no CONTRATO DE GESTÃO, e com deliberação de 3/4 (três quartos) dos membros do Conselho de Administração da CONTRATADA e do Secretário da Cultura, a quem é facultado delegar o exercício dessa competência, cabendo-lhes zelar por seu uso, em conformidade com o praticado por entidades congêneres.

- (3) Caso as contingências previstas refiram-se a ordens ou condenações judiciais em processos cíveis, trabalhistas e tributários ou sejam decorrentes de acordos judiciais em ações promovidas em face da CONTRATADA, na esfera federal, estadual ou municipal, de competência da justiça comum ou especializada, que tenham de ser cumpridos em prazo inferior a 15 (quinze) dias, fica desde já autorizada pelo Secretário da Cultura a utilização de recursos da conta bancária destinada a contingências, devendo a mesma ser aprovada pelo Conselho de Administração da CONTRATADA, sem prejuízo de outras eventuais utilizações na forma do subitem anterior.
- (4) No caso excepcional do subitem anterior, ficará a CONTRATADA obrigada a encaminhar à CONTRATANTE a documentação pertinente, com os devidos esclarecimentos referentes à movimentação efetuada, no relatório trimestral seguinte.
- (5) Ao final do CONTRATO DE GESTÃO, eventual saldo financeiro remanescente na conta de recursos de contingência será rateado entre o Estado e a Organização Social, observada a mesma proporção em que ela foi constituída.
- (6) Os saldos da conta, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que um mês.
- (7) As receitas financeiras auferidas serão obrigatoriamente computadas a crédito do CONTRATO DE GESTÃO e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do ajuste.

l. Recursos aplicados em ativos imobilizados (receita diferida)

Os valores reconhecidos como receita diferida representam os ativos imobilizados e intangíveis recebidos em doação, mensurados ao valor justo, e ativos adquiridos de terceiros, que são reconhecidos como uma receita diferida no passivo não circulante e são realizadas ao resultado do exercício segundo o regime de competência em base sistemática em confronto com a depreciação do bem imobilizado ao longo de sua vida útil estimada, em atendimento ao CPC 07 (R1)/(NBC TG 07 (R2)).

m. Patrimônio líquido

Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits (déficits) apurados desde a data de sua constituição.

Em consonância com o artigo 14 do Código Tributário Nacional, a Entidade não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título e aplica integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais. Prevê seu Estatuto Social que, em caso de dissolução ou extinção, o patrimônio social remanescente será destinado para uma entidade beneficente, congênere ou afim, sem fins econômicos e lucrativos, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social - C.N.A.S, se a lei exigir e, de preferência constituída pelas Religiosas Professas, Irmãs de Santa Marcelina" conforme for fixado pela Assembleia Geral.

A Organização Social aplica seus recursos exclusivamente nos objetivos do contrato de gestão. Os recursos financeiros destinados à Organização Social são providos em sua maior parte, pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo, neste sentido, a entidade depende do recebimento regular desses recursos, bem como das políticas e diretrizes traçadas por este órgão governamental para a manutenção de suas atividades e de seu equilíbrio econômico-financeiro.

n. Reconhecimento de receita

A Entidade reconhece a receita por competência quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Entidade; e (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Entidade.

o. Apuração do resultado do exercício

As receitas, os custos e as despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência.

p. Receitas com trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, a Entidade valora as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Entidade não registrou receitas e despesas relacionadas aos trabalhos voluntários em decorrência de não ter efeito relevante face ao montante de receitas e despesas das demonstrações financeiras "carve-out".

q. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

A Entidade reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(i) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Nos exercícios de 2021 e 2020 a Entidade não possuía nenhum instrumentos financeiro classificado como VJORA - instrumento de dívida ou VJORA - instrumento patrimonial.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Entidade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR)

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais (quando houver) e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem o caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores imobiliários, contas a receber e outras créditos.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(ii) Desreconhecimento

A Entidade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Entidade transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Entidade nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Entidade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Entidade também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iii) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Entidade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(iv) *Instrumentos financeiros derivativos*

A Entidade não efetuou operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, incluindo operações de hedge.

r. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre ativos financeiros para negociação (aplicações financeiras). A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias.

s. Gerenciamento do risco financeiro

A política da Administração é manter uma sólida base de recursos para manter o desenvolvimento futuro da Entidade. A Administração monitora o retorno sobre o capital aplicado considerando os resultados das atividades econômicas.

As políticas adotadas pela Administração para gerenciamento do risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado e risco de taxa de juros estão apresentados na nota explicativa nº 22.

t. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Entidade não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras "carve-out" pois não são aplicáveis ao contexto de suas operações, como segue:

- Contratos onerosos – Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/NBC TG 25 (R2)).
- Imposto diferido – Relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/NBC TG 32 (R4))
- Reforma da taxa de juros de referência – Fase 2 (alterações ao CPC 48/NBC TG 48, CPC 38, CPC 40/NBC TG 40 (R3), CPC 11/NBC TG 11 (R2) e CPC 06/NBC TG 06 (R3)).

Outras normas – não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras “carve-out” da Entidade:

- Concessões de aluguel relacionados à Covid-19 após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06/ NBC TG 06 (R3));
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/NBC TG 27 (R4));
- Referência a Estrutura Conceitual (alterações no CPC 15/NBC TG 15 (R4));
- Classificação do passivo circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/NBC TG 26 (R5));
- Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/NBC TG 26 (R5)); e
- Definição de Estimativas Contábeis (alterações ao CPC 26/NBC TG 26 (R5)).

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	<u>17.217.235</u>	<u>9.647.337</u>
Recursos restritos vinculados a fundos (nota explicativa nº 11)	<u>2.771.004</u>	<u>2.700.718</u>
Total de recursos em aplicações financeiras	<u>19.988.239</u>	<u>12.348.055</u>

As aplicações financeiras são recursos vinculados a projetos referem-se a recursos recebidos pela Entidade que serão utilizados exclusivamente no contrato de gestão.

Essas aplicações são substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa. As remunerações das aplicações financeiras rendem juros que variam de 56,90% a 78,66% do CDI (em 2020 a remuneração foi de 11,08% a 50,69% do CDI).

Os recursos restritos vinculados a fundos referem-se aos recursos aplicados financeiramente pela Entidade e que somente poderão ser utilizados nas previsões específicas de cada um dos fundos (reserva e contingências) que a Entidade constituiu (vide notas explicativas nº 3j e nº 11).

5 Adiantamento diversos

	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamento de Férias (a)	597.595	35.845
Adiantamento a Fornecedores	960	-
Outros Adiantamentos	<u>765</u>	<u>3.308</u>
	<u>599.320</u>	<u>39.153</u>

- (a) Alteração de critério de desconto de adiantamento de férias
A Entidade passou a utilizar a partir de maio de 2021 o sistema de RH da empresa Benner Sistemas S/A, para o processamento da folha de pagamento. Este sistema possui uma parametrização para o cálculo de descontos das provisões de férias, adiantamentos e dos respectivos encargos sociais incidentes pelo método *pró-rata*, ou seja, o desconto ocorre mensalmente conforme o gozo das férias do colaborador. Desta maneira, caso o colaborador venha a gozar suas férias parte em um mês e o restante no mês subsequente, o sistema manterá um saldo a ser descontado do colaborado para 2º mês de gozo das férias.

O sistema utilizado anteriormente era o Totvs, e as férias eram descontadas integralmente quando do início do gozo, ou seja, o desconto ocorria inteiramente no primeiro mês.

Como no atual sistema, o desconto passou a ser *pró-rata*, de modo que o valor da provisão de férias, adiantamentos de férias e respectivos encargos incidentes passaram a ter saldo maiores no ativo (adiantamentos de férias) e passivo (provisão de férias e respectivos encargos) no encerramento do exercício de 2021, se comparado ao exercício anterior.

6 Estoques

	31/12/2021	31/12/2020
Material de escritório	30.827	28.863
Suprimentos musicais	424.132	221.690
Demais estoques	21.028	17.370
	<u>475.987</u>	<u>267.923</u>

7 Imobilizado

	Taxas anuais de depreciação	Custos	Depreciação acumulada	2021	2020
Instalações	10%	35.258	(34.833)	425	3.951
Equipamentos	10%	281.862	(242.180)	39.682	60.291
Móveis e utensílios	10%	454.844	(445.546)	9.298	29.570
Veículos	20%	364.692	(364.692)	-	-
Instrumentos musicais	10%	4.298.878	(3.672.902)	625.976	829.247
Ferramentas	10%	385	(351)	34	73
Computadores e periféricos	20%	279.459	(279.443)	16	1.462
Telefone	10%	16.750	(16.750)	-	-
Obras em andamento	-	163.120	-	163.120	-
Total		5.895.248	(5.056.697)	838.551	924.594

As movimentações do custo e da depreciação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão demonstradas nos quadros abaixo:

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Saldo em 31/12/2021
Custo			
Instalações	35.258	-	35.258
Equipamentos	281.862	-	281.862
Móveis e utensílios	454.844	-	454.844
Veículos	364.692	-	364.692
Instrumentos musicais	4.298.878	-	4.298.878
Ferramentas	385	-	385
Computadores e periféricos	279.459	-	279.459
Telefone	16.750	-	16.750
Obras em andamento (a)	-	163.120	163.120
Total custo	5.732.128	163.120	5.895.248
Depreciação			
Instalações	(31.307)	(3.526)	(34.833)
Equipamentos	(221.570)	(20.610)	(242.180)
Móveis e utensílios	(425.275)	(20.272)	(445.547)
Veículos	(364.692)	-	(364.692)

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Saldo em 31/12/2021
Instrumentos musicais	(3.469.631)	(203.271)	(3.672.902)
Ferramentas	(312)	(39)	(351)
Computadores e periféricos	(277.997)	(1.446)	(279.442)
Telefone	(16.750)	-	(16.750)
Total depreciação	(4.807.534)	(249.164)	(5.056.697)
Saldo líquido	924.594	(86.044)	838.551

- (a) Refere-se aos gastos com obras para Reforma e adequação do "Núcleo Maestro Eleazar de Carvalho", denominado "Polo Brooklin".

	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2020
Custo				
Instalações	35.258	-	-	35.258
Equipamentos	281.862	-	-	281.862
Móveis e utensílios	454.844	-	-	454.844
Veículos	364.692	-	-	364.692
Instrumentos musicais	4.303.567	-	(4.690)	4.298.877
Ferramentas	385	-	-	385
Computadores e periféricos	279.459	-	-	279.459
Telefone	16.750	-	-	16.750
Total custo	5.736.818	-	(4.690)	5.732.128
Depreciação				
Instalações	(27.781)	(3.526)	-	(31.307)
Equipamentos	(196.877)	(24.693)	-	(221.570)
Móveis e utensílios	(402.814)	(22.461)	-	(425.275)
Veículos	(364.692)	-	-	(364.692)
Instrumentos musicais	(3.234.824)	(236.897)	2.090	(3.469.631)
Ferramentas	(274)	(38)	-	(312)
Computadores e periféricos	(264.954)	(13.043)	-	(277.997)
Telefone	(16.750)	-	-	(16.750)
Total depreciação	(4.508.966)	(300.658)	2.090	(4.807.534)
Saldo líquido	1.227.852	(300.658)	(2.600)	924.595

Conforme a Cláusula Segunda, Item 13, do novo Contrato de Gestão nº 04/2017, é atribuição, responsabilidade e obrigação da Contratada: "Administrar os bens móveis e imóveis cujo uso lhe fora permitido, em conformidade com o disposto nos respectivos Termos de Permissão de Uso, até sua restituição ao Poder Público, mantendo em perfeitas condições de uso os imóveis, bens, equipamentos e instrumentais necessários para a realização das atividades contratualizadas, cujos inventários atualizados constarão dos devidos Termos de Permissão."

Em face a obrigação acima a Santa Marcelina Cultura apresentou a Secretaria de Cultura e Economia Criativa de São Paulo, em 21/03/2018, através do Ofício SMC nº 072/2018, a relação de bens e equipamentos que serão utilizados para a realização das atividades contratualizadas no período de 2018 a 2022, devidamente inventariados e emplaquetados. E aguarda providências da Secretaria para a emissão do Termo de Permissão de Uso de Bens Móveis e Intangíveis.

8 Fornecedores

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores nacionais	<u>17.431</u>	<u>17.465</u>

Referem-se às obrigações correntes com fornecedores, principalmente contas de telefone e internet.

Os fornecedores por vencimento apresentam-se da seguinte maneira:

	31/12/2021	31/12/2020
A vencer até 30 dias	17.431	17.465
	<u>17.431</u>	<u>17.465</u>

9 Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2021	31/12/2020
INSS a recolher (a)	428.762	-
Provisão de férias e encargos (b)	<u>1.470.043</u>	<u>554.557</u>
	<u>1.898.805</u>	<u>554.557</u>

- (a) Até o ano de 2020, a Entidade sempre realizou o recolhimento do citado tributo referente ao mês de dezembro na própria competência. Entretanto, para a competência de dezembro de 2021, esta contribuição previdenciária foi recolhida em janeiro de 2022 em razão do processo de adequação da entidade ao e-Social.
- (b) Alteração de critério de desconto da provisão de férias e respectivos encargos incidentes: A Entidade passou a utilizar a partir de maio de 2021 o sistema de RH da empresa Benner Sistemas S/A, para o processamento da folha de pagamento. Este sistema possui uma parametrização para o cálculo de descontos das provisões de férias e dos respectivos encargos sociais incidentes (veja reflexo em adiantamento de férias na nota explicativa nº 5) pelo método pró-rata, ou seja, o desconto ocorre mensalmente conforme o gozo das férias do colaborador. Desta maneira, caso o colaborador venha a gozar suas férias parte em um mês e o restante no mês subsequente, o sistema manterá um saldo a ser descontado do colaborado para 2º mês de gozo das férias.

O sistema utilizado anteriormente era o Totvs, e as férias eram descontadas integralmente quando do início do gozo, ou seja, o desconto ocorria inteiramente no primeiro mês.

Como no atual sistema, o desconto passou a ser *pró-rata*, o valor da provisão de férias e respectivos encargos incidentes passaram a ter saldo maiores no passivo no encerramento do exercício de 2021, se comparado ao exercício anterior.

Apesar dessa mudança na parametrização do cálculo a despesa com férias reconhecida no resultado do exercício não apresentou variação relevante em 2021 em comparação a 2020 conforme demonstrado na nota explicativa nº 17 sendo a despesa com férias em 2021 de R\$ 1.418.070 (R\$ 1.423.222 em 2020).

10 Projetos a executar

	31/12/2021	31/12/2020
Projetos a executar	<u>16.313.225</u>	<u>9.306.081</u>

Projeto a executar referem-se os recursos já recebidos pela Entidade, porém ainda não utilizados que serão reconhecidos no resultado em bases sistemáticas em confronto com as respectivas despesas de acordo com o regime de competência.

A seguir apresentamos os contratos em andamento no exercício e sua movimentação demonstrando o total de recursos recebidos pela Entidade e os rendimentos financeiros desses recursos bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo) e valores despendidos com a aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado.

Descrição	2021					
	Saldo anterior	Valores recebidos	Rendimentos financeiros	Consumo (*)	Aquisição Imobilizado	Valor residual
Contrato de Gestão - Projeto Guri (04/2017)	9.283.076	34.700.000	337.588	(27.867.324)	(163.120)	16.290.220
Outros Recursos (04/2017)	23.005	-	-	-	-	23.005
Total	9.306.081	34.700.000	337.588	(27.867.324)	(163.120)	16.313.225

Descrição	2020					
	Saldo anterior	Valores recebidos	Rendimentos financeiros	Consumo (*)	Aquisição Imobilizado	Valor residual
Contrato de Gestão - Projeto Guri (04/2017)	3.185.434	29.731.382	22.203	(23.655.943)	-	9.283.076
Outros Recursos (04/2017)	23.005	-	-	-	-	23.005
Total	3.208.439	29.731.382	22.203	(23.655.943)	-	9.306.081

(*) Vide nota explicativa nº 16

Por força do Contrato de Gestão, a Entidade está obrigada a cumprir determinadas metas, as quais são quadrimestralmente avaliadas pela Unidade de Informação da Secretaria de Cultura e Economia Criativa. No caso de não cumprimento dessas metas, a Associação poderá sofrer penalidades que podem incorrer em redução dos repasses contratados.

Os relatórios quadrimestrais relativos ao primeiro e segundo quadrimestre de 2021 (do Contrato de Gestão 04/2017 – Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo), foram preparados e encaminhados para a Unidade de Formação Cultural – UFC, para a Unidade de Monitoramento – UM e para a Comissão de Avaliação - CA da Secretaria de Cultura e Economia Criativa, sendo o relatório do primeiro quadrimestre entregue em 20 de maio e o relatório do segundo quadrimestre em 20 de setembro de 2021. A prestação de contas referente ao relatório de atividades anuais será enviada em 15 de março de 2022 e as eventuais complementações ou substituições até o dia 29 de março do mesmo ano corrente.

Detalhamento dos projetos executados - Relatório Anual 2021 – Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo

Programa para o Guri na Capital e Grande São Paulo

1. Eixo – Ensino Musical

1.1. Dados extras – Atendimentos alunos dos cursos de Iniciação Musical e Cursos Livres (consolidado)

Em 2021 foram matriculados 14.316 alunos nos Polos do Guri.

1.2. Cursos de Iniciação Musical

Foram oferecidas em 2021, 15.250 vagas nos cursos de Iniciação Musical, sendo que, 11.570 alunos foram matriculados.

1.3. Cursos Livres

Em 2021 tivemos 47 Cursos Modulares com 1.598 alunos matriculados.

Tivemos 1.136 alunos matriculados no curso de Iniciação Musical para Adultos.

Também tivemos 12 alunos matriculados no curso de Luteria.

1.4. GURI 4.0

Em 2021 tivemos 40 cursos online por meio de plataformas digitais de compartilhamento de vídeo, com público de 174.841 pessoas.

1.5. Manutenção de Polos

O Guri possui 44 Polos em funcionamento. São eles: 1 - CEU Dutra, 2 - CEU Alvarenga, 3 - CEU Casa Blanca, 4 - CEU Jambéiro, 5 - CEU Meninos, 6 - CEU Pq. São Carlos, 7 - CEU Pq. Veredas, 8 - CEU Pêra Marmelo, 9 - CEU Perus, 10 - CEU Rosa da China, 11 - CEU São Mateus, 12 - CEU São Rafael, 13 - CEU Vila Curuçá, 14 - CEU Vila Atlântica, 15 - CEU Caminho do Mar, 16 - CEU Navegantes, 17 - CEU Inácio Monteiro, 18 - CEU Campo Limpo, 19 - CEU Vila Rubi, 20 - CEU Parelheiros, 21 - CEU Vila do Sol, 22 - CEU Paraisópolis, 23 - CEU Capão Redondo, 24 - CEU Quinta do Sol, 25 - CEU Três Pontes, 26 - CEU Sapopemba, 27 - CEU Paulistano, 28 - CEU Pq. Anhanguera, 29 - CCA Itaquera, 30 - Rio Grande da Serra, 31 - Biritiba Mirim, 32 - Casa de Cultura da Penha, 33 - Entidade AME, 34 - Espaço Aberto Jd. Miriam, 35 - Poá, 36 - Júlio Prestes, 37 - Mazzaropi, 38 - Embu das Artes, 39 - Osasco, 40 - Brooklin, 41 - Cesa Cata Preta-Santo André, 42 - Arujá, 43 - Guararema e 44 - Caieiras.

2. Eixo – Atividades Extraclasse

Em 2021 foram realizados:

- 10 Master classes com 171 alunos participantes.
- 11 Workshops com 388 alunos participantes.

3. Eixo – Atividades de Difusão Formativa

3.1. Dados extras Grupos artístico-pedagógicos de bolsistas (Grupos infantis e juvenis) consolidado

O número total de alunos matriculados nos grupos artístico-pedagógicos de bolsistas do Guri em 2021 foi 363.

Foram realizadas em 2021, 54 apresentações dos Grupos artístico-pedagógicos de bolsistas.

3.2. Grupos artísticos-pedagógicos de bolsistas (Grupos Infantis e Juvenis)

Em 2021 as apresentações dos Grupos artístico-pedagógicos de bolsistas tiveram um público de 64.255 pessoas.

Foram realizadas as seguintes apresentações:

- 6 concertos da Banda Sinfônica Infanto-Juvenil;
- 6 concertos da Banda Sinfônica Juvenil;
- 6 concertos da Camerata de Violões Infanto-Juvenil;
- 6 concertos do Coral Infantil;
- 6 concertos do Coral Juvenil;
- 6 concertos da Orquestra de Cordas Infanto-Juvenil;
- 6 concertos da Orquestra Sinfônica Infanto-Juvenil;
- 6 concertos da Big Band Infanto-Juvenil;
- 6 concertos do Regional de Choro Infanto-Juvenil.

3.3. Grupos artístico-pedagógicos de alunos e familiares

Informamos que o Coral de Familiares teve 36 alunos matriculados em 2021. O Coral de Familiares realizou 6 concertos com público de 7.667 pessoas.

Os Grupos de polo de difusão artístico-pedagógica realizaram 20 concertos com público de 313 pessoas.

4. Eixo – Desenvolvimento Social

Em 2021 foram realizadas:

- 425 Oficinas socioeducativas com crianças e adolescentes com 4.269 alunos participantes;
- 155 Oficinas socioeducativas com as famílias das crianças e adolescentes com 2.128 participantes;
- 10 oficinas socioeducativas para integração entre polos;
- 44 Atividades Culturais com 44 polos participantes.

5. *Eixo: Bolsa Auxílio Aos Alunos Dos Grupos Artístico-Pedagógicos*

Em 2021 o total de bolsas-auxílio oferecidas foi 355 e o total de bolsas-auxílio concedidas foi 363.

6. *Eixo: Formação e Aperfeiçoamento de Equipe*

Em 2021 tivemos 66 capacitações, com uma carga horária de 444 horas e 271 (84%) colaboradores foram capacitados.

7. *Eixo: Programa de Desenvolvimento Institucional*

O índice de satisfação dos alunos e responsáveis com o ensino oferecido pelo Guri em 2021 foi de 99%. A Pesquisa de Satisfação dos Alunos e Responsáveis do Guri foi realizada pelo Instituto Datafolha e ocorreu no período de 22/11/2021 a 17/12/2021.

O Índice de Satisfação do público dos concertos dos Grupos Artístico-Pedagógicos do Guri em 2021 foi de 99%. A Pesquisa de Satisfação de Público dos Eventos dos Grupos do Guri foi realizada pelo Instituto Datafolha e ocorreu no período de 20/08/2021 a 31/12/2021.

A meta de captação de recursos complementares às atividades do GURI ocorre por meio de projetos incentivados. Em 2021 foi captado o valor total de R\$ 1.087.500,00 aportados nos projetos de Plano Anuais de Atividades (Lei de Incentivo à Cultura).

As informações acima apresentadas (a partir do item "Detalhamento dos projetos executados - Relatório Anual 2021 – Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo") foram extraídas dos relatórios gerenciais da Entidade. Por tratarem-se de dados não contábeis como, por exemplo, números de vagas oferecidas, números de oficinas realizadas, etc), tais informações não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras "carve-out".

11 Fundos de reserva/contingência

	31/12/2021	31/12/2020
Recursos de reserva	1.884.119	1.836.328
Recursos de contingência	<u>886.885</u>	<u>864.390</u>
	<u>2.771.004</u>	<u>2.700.718</u>

Veja detalhes sobre as naturezas dos fundos de reservas e contingências na nota 3k.

A seguir demonstramos a movimentação dos fundos em 31 de dezembro:

Descrição	2021				Valor residual
	Valor residual	Valores recebidos	Rendimentos financeiros	Consumo	
Recursos de reserva	1.836.328	-	47.791	-	1.884.119
Recursos de contingência	<u>864.390</u>	<u>-</u>	<u>22.496</u>	<u>-</u>	<u>886.886</u>
Total	2.700.718	-	70.287	-	2.771.004

Descrição	2020				
	Valor residual	Valores recebidos	Rendimentos financeiros	Consumo	Valor residual
Recursos de reserva	1.800.430	-	35.898	-	1.836.328
Recursos de contingência	847.492	-	16.898	-	864.390
Total	2.647.922	-	52.796	-	2.700.718

12 Provisão para contingências

A Entidade é parte (polo passivo) em ações judiciais envolvendo questões trabalhistas.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão considerada suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

Movimentação do período

	Saldo inicial 31/12/2020	Adição	Reversão/ Pagamentos	Saldo final 31/12/2021
Trabalhistas	90.543	71.539	(77.100)	84.982
	<u>90.543</u>	<u>71.539</u>	<u>(77.100)</u>	<u>84.982</u>

	Saldo inicial 31/12/2019	Adição	Reversão/ Pagamentos	Saldo final 31/12/2020
Trabalhistas	39.192	56.968	(5.617)	90.543
	<u>39.192</u>	<u>56.968</u>	<u>(5.617)</u>	<u>90.543</u>

Riscos avaliados como perdas possíveis

Os valores das contingências de natureza trabalhista consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos da Entidade são de R\$ 61.120 em 2021 (R\$ 61.120 em 2020) e não estão provisionadas tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

21
D

13 Recursos aplicados em ativos imobilizados

Conforme demonstrado na nota explicativa nº 3.1, os recursos aplicados na aquisição de ativo imobilizado e intangível são reconhecidos como uma receita diferida no passivo não circulante e são reconhecidos no resultado do exercício, de acordo com o regime de competência, em confronto com os respectivos montantes das despesas de depreciação e amortização em consonância com o CPC 07 (R1)/(NBC TG 07 (R2)). Vide nota explicativa nº 7 Ativo imobilizado.

Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.227.853
Adição de imobilizado (nota explicativa nº 7)	-
Custo residual baixado de imobilizado	(2.600)
Depreciação do imobilizado (nota explicativa nº 7)	<u>(300.658)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	924.595
Adição de imobilizado (nota explicativa nº 7)	163.120
Custo residual baixado de imobilizado	-
Depreciação do imobilizado (nota explicativa nº 7)	<u>(249.164)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	838.551

14 Patrimônio líquido

Em função do Projeto Guri gerido pela Associação ter suas operações suportadas exclusivamente por contratos de Gestão firmados com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Cultura, os resultados apresentados desde a sua constituição têm sido nulos, motivo pelo qual a Entidade não apresenta patrimônio social constituído.

15 Remuneração da Administração

O Estatuto Social da Associação possui previsão de não remuneração da Diretoria Estatutária. A Associação não distribui parcelas de patrimônio ou renda a qualquer título, e aplica integralmente no País os recursos destinados à manutenção de suas atividades.

16 Receitas vinculadas a recursos de contratos de gestão

	31/12/2021	31/12/2020
Contrato de Gestão - Projeto Guri (04/2017) – (Vide nota explicativa nº 10)	27.867.324	23.655.943
Receitas realizadas em razão do confronto com as despesas de depreciação	<u>249.164</u>	<u>300.658</u>
	<u>28.116.488</u>	<u>23.956.601</u>

17 Despesas com pessoal e encargos

	31/12/2021	31/12/2020
Salários	(12.187.666)	(10.156.569)
Encargos	(5.337.943)	(4.706.048)
Assistência médica	(1.639.894)	(1.613.513)
Férias	(1.418.070)	(1.423.222)
13º Salário	(1.051.048)	(1.033.303)
Vale Refeição	(665.187)	(530.262)
Cesta Básica	(617.490)	(639.439)
Rescisão	(215.116)	(147.002)
Vale Transporte	(136.089)	(53.366)
Outros	(137.910)	(145.692)
	(23.406.413)	(20.448.416)

18 Despesas gerais

	31/12/2021	31/12/2020
Telefone e internet	(191.394)	(172.008)
Materiais de consumo	(161.619)	(133.936)
Conduções e transportes	(73.392)	(37.169)
Treinamento de pessoal	(70.954)	(89.196)
Lanches e refeições	(70.759)	(39.989)
Consumo Água e Energia	(65.331)	(55.940)
Despesas c/software	(48.711)	(49.163)
Despesas de seguros	(43.526)	(41.229)
Bens de natureza permanente	(37.368)	-
Combustíveis	(29.136)	(10.145)
Despesas legais	(25.766)	(11.454)
Cartórios e registros	(12.119)	(10.448)
Equipamentos de proteção individual	(9.407)	-
Despesas com veículos (licenciamento, inspeção)	(6.417)	(7.141)
Copa e cozinha	(5.278)	(3.416)
Aquisição/compra de partituras	(3.882)	(2.995)
Correios e telegrafos	(809)	(1.989)
Assinaturas	(218)	(1.263)
Despesas com instalações	-	(496)
Viagens e estadias	-	(1.150)
	(856.086)	(669.127)

19 Serviços prestados por terceiros

	31/12/2021	31/12/2020
Serviços diversos - pessoa jurídica (a)	(1.902.542)	(1.196.125)
Suporte em infraestrutura de TI	(225.536)	(176.236)
Manutenção e conservação	(184.893)	(158.003)
Consultoria e assessoria	(186.610)	(217.908)
Auditoria	(35.057)	(61.707)
Serviços - pessoa física	(3.792)	(22.825)
	(2.538.430)	(1.832.804)

- (a) As despesas com serviços diversos pessoa jurídica referem-se, principalmente a limpeza, segurança, serviços artísticos, imagem e outros.

[Handwritten signature]

20 Despesas de locação

	31/12/2021	31/12/2020
Locação de imóveis	(535.806)	(467.966)
Locação de equipamentos	(193.246)	(74.271)
Locação de veículos	(93.867)	(77.511)
Locação de espaço	(68.655)	-
Locação de bens moveis	(57.338)	-
Locação de partituras	(1.200)	(600)
	<u>(950.112)</u>	<u>(620.348)</u>

21 Resultado financeiro, líquido

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras		
Outras receitas financeiras	25.300	10.068
	<u>25.300</u>	<u>10.068</u>
Despesas financeiras		
Tarifas bancárias	(19.349)	(21.068)
	<u>(19.349)</u>	<u>(21.068)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>5.951</u>	<u>11.000</u>

22 Instrumentos financeiros

A Entidade opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos, que incluem aplicações financeiras, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Estimativa do valor justo

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a Entidade não efetuou operações com derivativos.

Em função das características e forma de operação (bem como posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2021 e de 2020), a Entidade está sujeito aos fatores de:

(i) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira.

31/12/2021		Fluxo de caixa contratuais				
Passivos financeiros Não derivativos	Valor Contábil	Total	6 meses ou Menos	06 - 12 meses	1 - 2 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	17.431	17.431	17.431	-	-	-
Outras Contas a Pagar	5.460	5.460	5.460	-	-	-
Total	22.891	22.891	22.891	-	-	-

31/12/2020		Fluxo de caixa contratuais				
Passivos financeiros Não derivativos	Valor Contábil	Total	6 meses ou Menos	06 - 12 meses	1 - 2 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	17.465	17.465	17.465	-	-	-
Outras Contas a Pagar	10.609	10.609	10.609	-	-	-
Total	28.074	28.074	28.074	-	-	-

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de um contrato de gestão ou de uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber com a Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Governo do Estado de São Paulo e de instrumentos financeiros, porém o risco é reduzido em função da totalidade dos recursos estarem aplicados em bancos considerados de primeira linha.

Exposição a riscos de crédito

A seguir, estão os valores contábeis dos ativos financeiros que representam a exposição máxima do crédito, na data das demonstrações financeiras "carve-out" foi:

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa – Aplicações financeiras	17.217.235	9.647.337
Recursos restritos vinculados a fundos – Aplicações financeiras	2.771.004	2.700.718
Outros ativos	622.068	63.994
	20.610.307	12.412.049

- **Caixa e equivalentes** - A política de gestão de risco determina que a Entidade avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como proposta de mitigar o risco. As estratégias de mitigação de risco são executadas com o objetivo de reduzir o risco com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos. A Entidade possui aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, e que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. No que tange às instituições financeiras, a Entidade somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating e aplicações em títulos de renda fixa, que são realizadas com bancos de primeira linha.

Hierarquia de valor justo

A classificação dos instrumentos financeiros não derivativos está apresentada no quadro a seguir e não existem instrumentos financeiros diferentes de caixa classificados em outras categorias:

Ativos	Classificação	Hierarquia de valor justo	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Caixa e Equivalentes de caixa – Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	17.217.235	9.647.337
Recursos restritos vinculados a fundos – Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	2.771.004	2.770.718
			<u>19.988.239</u>	<u>12.348.055</u>

Passivos	Classificação	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Fornecedores	Outros passivos financeiros (custo amortizado)	(17.431)	(17.465)
Outras contas a pagar	Outros passivos financeiros (custo amortizado)	<u>(5.460)</u>	<u>10.609</u>
		<u>(22.891)</u>	<u>(28.074)</u>

O CPC 48/NBC TG 48 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Entidade para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 48/NBC TG 48 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas na mensuração ao valor justo:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Entidade está classificado como Nível 2 (representado pelas aplicações financeiras).

23 Aspectos relacionados a impostos e contribuições

A Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina, por ter objetivos e caráter de Assistência Social, goza da imunidade aos Impostos prevista no art. 150, inciso VI, alínea "c", da Constituição Federal de 1988 e, para tanto, cumpre os requisitos do art. 14 do Código Tributário Nacional, quais sejam:

- (i) Não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;
- (ii) Aplicarem integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;

- (iii) Manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

A Associação (assim como o Projeto Guri) não goza da imunidade para as contribuições da Seguridade Social prevista no artigo 195, § 7º da CF/88 em razão de ainda não possuir o Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social CEBAS, estando contudo, envidando esforços para alcançá-lo. Portanto é contribuinte do INSS Cota Patrona, do PIS incidente sobre a folha de pagamento e das Contribuição para Terceiros.

A Associação é isenta do PIS/PASEP, da COFINS e da CSL.

24 Renúncia fiscal

A Entidade entende como renúncia fiscal, a ação do ente público que, podendo cobrar o tributo se abstém de fazê-lo por meio de lei conforme dispõe o art. 176, caput do CTN que trata do instituto da Isenção.

Neste sentido, em atendimento ao item 27, letra "c" da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Da Contribuição Social sobre o Lucro - CSL

Prevê o Decreto Lei 9.532/97 que "consideram-se isentas a CSL as instituições de caráter filantrópico que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos

Da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e do Programa de Integração Social - PIS

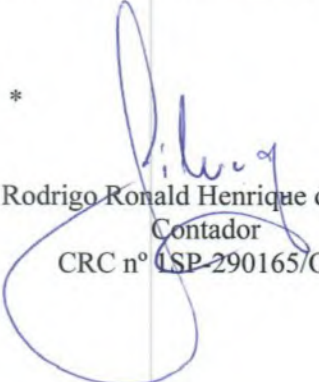
Segundo o Decreto nº 4.524/2002 são contribuintes do PIS/Pasep incidente sobre a folha de salários, instituições de caráter filantrópico e, estas não contribuem para o PIS/Pasep incidente sobre o faturamento e são isentas da Cofins com relação às receitas derivadas de suas atividades próprias.

25 Cobertura de seguros

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros contra incêndio, risco diversos para os bens do ativo imobilizado e responsabilidade civil, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras "carve-out", consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.


Rosane Ghedin
Diretora Presidente

* * *


Rodrigo Ronald Henrique da Silva
Contador
CRC nº SP-290165/O-2